



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ata da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 2º Quadrimestre de dois mil e vinte, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101, de 04 de maio de 2000), convocada através do Edital de Convocação nº 012/2020, datado de 09 de setembro de 2020, realizada no dia vinte e um de setembro de dois mil e vinte, às dezoito horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato” da Câmara Municipal de Jaguariúna, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, nesta Cidade. Presidente Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo. Vice-Presidente Sra. Cássia Murer Montagner. Secretários Srs. Afonso Lopes da Silva e Cristiano José Cecon. Tendo em vista o período de emergência em saúde pública devido à Pandemia do Coronavírus e ao Ato da Mesa nº 002/2020 e ao Ato da Mesa nº 027, de 27 de maio de 2020, a Audiência Pública aconteceu de forma semi remota, onde alguns Vereadores estiveram presentes na Casa e outros acessaram a sala de conferência, e a Audiência Pública foi transmitida pelos meios de comunicação da Câmara Municipal. Presentes na Câmara Municipal os Srs. Vereadores: Alfredo Chiavegato Neto, Cássia Murer Montagner, Luiz Carlos de Campos, Romilson Nascimento Silva e Walter Luís Tozzi de Camargo. Presentes remotamente os Srs David Hilário Neto e Ângelo Roberto Torres. Deixaram de comparecer os Srs. Afonso Lopes da Silva, Cristiano José Cecon, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Rodrigo da Silva Blanco, e Taís Camellini Esteves. Presente, também, a Sra. Elisanita Aparecida de Moraes, Secretária Municipal de Administração e Finanças, convidada, especialmente, para fazer as explicações a respeito das Metas Fiscais, sendo que a mesma fez parte da Mesa, e ainda presentes os Srs. Valdir Antonio Parisi, Secretário Municipal de Governo, José Renato de Almeida Chaves Filho, Secretário Municipal de Segurança Pública, Rômulo Augusto Arsufi Vigatto, Secretário Municipal de Planejamento Urbano, Tânia Candozini Russo, Controladora Interna da Prefeitura Municipal de Jaguariúna e a Sra. Daiane F. Ferreira, Diretora de Planejamento da Secretaria Municipal de Administração e Finanças. Inclusive com estas autoridades, estavam presentes na Sala das Sessões, aproximadamente, onze pessoas, e mais dois Vereadores remotos, conforme consta de Lista de Presença anexada ao Processo. O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Walter Luís Tozzi de Camargo, cumprimentou a todos, dizendo que estavam ali reunidos para fazer a pauta da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do segundo quadrimestre de dois mil e vinte, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei nº 101, de 04 de maio de 2000, realizada em vinte e um de setembro de dois mil e vinte, às dezoito horas, na Sala de Sessões da Câmara Municipal; disse que tendo em vista o período de pandemia e de emergência em saúde pública que estavam vivendo, por conta do Coronavírus e também através do Ato da Mesa nº 002/2020, a Audiência Pública seria transmitida pelos meios de comunicação da Câmara Municipal através do [facebook.com/camarajaguariuna](https://www.facebook.com/camarajaguariuna) e do [youtube.com/camarajaguariuna](https://www.youtube.com/camarajaguariuna) e a participação da

[Handwritten signature]
1 m.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

população se daria através do email: imprensa@camarajaguariuna.sp.gov.br.; deu, naquele momento, a abertura oficial à Audiência Pública remotamente, passando os trabalhos para a Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereadora Cássia Murer Montagner, a qual convidava, ali, para dirigir os trabalhos naquela noite; a Sra. Cássia Murer Montagner, Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, cumprimentou ao Sr. Presidente, dizendo que apanhava um pouco com aquelas reuniões remotas, e que o equipamento deles estava chegando, estava ficando bom, e ela queria destacar a presença e avisar todo mundo que aquela sessão era remota e que ela era uma sessão diferente das outras, aquela audiência pública era diferente das outras que eles fizeram e ela queria destacar a presença do Secretário da Comissão, que era o Vereador, Sr. Luiz Carlos de Campos e também queria destacar a presença da Sra. Secretária Elisanita Aparecida de Moraes que iria fazer a explicação das Metas Fiscais; disse que a Sra. Elisanita teria vinte minutos e os Vereadores poderiam usar a palavra por cinco minutos de maneira remota, e perguntou se estava claro, e assim, pediu a presença da Sra. Secretária, passando-lhe a palavra; tomou a palavra a Sra. Elisanita Aparecida de Moraes, Secretária Municipal de Administração e Finanças que cumprimentou a todos, seguindo os protocolos de Vigilância, ela tirou a sua máscara porque ela estava bem sozinha ali na mesa, e que eles iriam apresentar as Metas Fiscais do Segundo Quadrimestre do exercício de dois mil e vinte; a Sra. Presidente da Comissão disse à Sra. Secretária que ela tinha se esquecido de passar o email para as pessoas de casa fazerem perguntas, e a Sra. Secretária informou que o email para a população fazer as perguntas era imprensa@camarajaguariuna.sp.gov.br, e a Sra. Presidente agradeceu; a seguir, a Sra. Secretária de Administração e Finanças começou a explanação dizendo que iriam apresentar as Metas Fiscais do Segundo Quadrimestre de dois mil e vinte, e que tinham como Receitas, valores previstos: Receitas Correntes: quatrocentos e noventa e dois milhões, trezentos e noventa e três mil, previsto; o realizado no segundo quadrimestre era de duzentos e oitenta e sete milhões, zero cinquenta e cinco, cinquenta e oito vírgula vinte e nove por cento; de IPTU o valor previsto era de dezenove milhões, trezentos e vinte mil, arrecadado onze milhões e seiscentos, sessenta vírgula zero quatro por cento; ISSQN, trinta e oito milhões e vinte e sete mil previstos, e vinte milhões e quatro mil realizados, cinquenta e dois vírgula seis por cento; de FPM, trinta e cinco milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, arrecadado vinte milhões, novecentos e setenta e nove, cinquenta e oito vírgula oitenta e dois por cento; de ICMS, duzentos e trinta e seis milhões e oitocentos, realizados, cento e trinta e um milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, cinquenta e cinco vírgula setenta e dois por cento; Demais Receitas Correntes previstas de cento e sessenta e dois milhões, quinhentos e oitenta mil, realizado foi de cento e dois milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, sessenta e três vírgula zero seis por cento, lembrando que aqueles valores eram acumulados e lá também constavam os valores arrecadados da

 2 



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

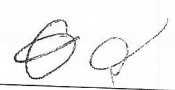
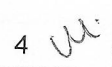
JaguarPrev; as Contas Redutoras, a previsão de cinquenta e seis milhões e oitocentos e vinte mil, realizados trinta e dois milhões, quinhentos e onze mil; cinquenta e sete vírgula vinte e um por cento; as Receitas Intra Orçamentárias, vinte e um milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, realizados, dez milhões e oitocentos e oitenta e um mil; quarenta e nove vírgula setenta e dois por cento; de Receitas de Capital previstos vinte e dois milhões e trinta mil, realizados oito milhões trezentos e três mil, trinta e oito zero cinco por cento; Transferências de Convênios, três milhões, seiscentos e cinquenta mil, realizados dois milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, setenta e dois vírgula quarenta e sete por cento; Alienação de Bens, quinhentos mil, arrecadaram cento e vinte e quatro, vinte e quatro vírgula noventa e dois por cento; Operações de Crédito dezessete milhões oitocentos e oitenta, arrecadaram cinco milhões seiscentos e treze, trinta e um vírgula trinta e nove por cento, o total previsto que era o Orçamento consolidado do Município, quatrocentos e sessenta e nove milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, arrecadaram duzentos e setenta e três milhões, oitocentos e oito mil, cinquenta e sete vírgula um por cento; um percentual um pouco menor devido à pandemia, à queda da arrecadação, não só de Jaguariúna como de todos os Municípios, então, por isso que não conseguiram atingir a meta; disse que lá tinha um gráfico demonstrando e que a maior arrecadação era o ICMS, os valores da arrecadação do ICMS de janeiro a agosto era cento e trinta e um milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, a dedução de vinte por cento que compunha o FUNDEB, vinte e seis milhões trezentos e oitenta e nove, totalizando cento e cinco milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil; disse que ela fez um comparativo dos mesmos períodos comparando com o Exercício de dois mil e dezenove, do exercício anterior e no mesmo período arrecadaram cento e sete milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, dois milhões e noventa e nove a mais do que em dois mil e vinte e o interessante, no período da pandemia, em dois mil e dezenove, de abril a agosto, do arrecadado de sessenta e sete milhões, quinhentos e três mil, em dois mil e vinte no mesmo período, sessenta e um milhões e noventa e quatro mil; seis milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil a menor de ICMS que era a maior arrecadação que significou trinta e dois vírgula quatro por cento a menor; lá tinha um gráfico demonstrando os valores e a dedução; falou que houve muitos questionamentos, teve um Vereador que ficou na questão da letra A do financeiro, falando muito do relatório do Tribunal de Contas e da Despesa empenhada, então, ela estava com um demonstrativo para explicar, tirar das dúvidas, que os valores que eles trabalhavam eram os valores liquidados, e eles tinham os quadros das despesas, tinham a parte empenhada, a parte liquidada, a parte paga, e seguiam uma lei de mil novecentos e sessenta e quatro, que era a lei quatro mil trezentos e vinte, e o Vereador Luiz Carlos que estava lá, ele trabalhava também bastante com aquela lei, então, não poderiam fazer nenhuma despesa sem prévio empenho, de acordo com o artigo sessenta, depois tinha o artigo sessenta e um que falava que a nota de empenho tinha de ter um documento, que



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

para cada empenho seria extraído um documento denominado nota de empenho, indicando o credor, a importância da despesa, bem como a dedução daquele saldo, da dotação própria; disse que o pagamento da despesa só seria efetuado quando ordenado após a sua liquidação, e que o empenho era como, por exemplo, quando tinha um contrato de aluguel, que empenhava os doze meses dentro do exercício, só que deduzia ele mês a mês, quando o liquidava, era que fechou o mês e estava devendo, a mesma coisa como se fosse em uma casa residencial, que pagava o aluguel mensalmente e tinha de esperar o salário que iria receber no mês seguinte para contar com aquela Receita para a pessoa pagar aquela despesa e na Administração Pública era da mesma forma, os valores empenhados que o Vereador estava falando, na realidade, eram os valores liquidados que eles trabalhavam; falou que, naquela noite tinha a doutora Tânia lá e que era a responsável pelo Controle Interno da Prefeitura, ela era funcionária de carreira e ela acompanhava todos aqueles números, e tinham todos os relatórios e tudo o que estavam falando tinha no portal da transparência e se alguém tivesse alguma dúvida poderia verificar lá; comentou que a liquidação da despesa era quando recebia o serviço ou o material; das Despesas de dois mil e vinte o valor previsto; Despesas Correntes, quatrocentos e dois milhões, cento e cinquenta e nove mil; o valor liquidado duzentos e quarenta milhões, cento e noventa e um mil e o pago duzentos e vinte e cinco milhões, duzentos e noventa e sete mil; Despesas de Pessoal, os encargos separaram Poder Executivo e Poder Legislativo, o Executivo cento e oitenta e um milhões, setecentos e setenta e três mil previsto (naquele momento houve conversas paralelas fora do microfone) e ela continuou dizendo que houve um problema técnico lá e disse que o valor previsto de Despesas com Pessoal do Poder Executivo era cento e oitenta e um milhões, setecentos e setenta e três mil; liquidado noventa e oito milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, pago noventa e seis milhões, seiscentos e oitenta e sete mil; do Poder Legislativo, quatro milhões, quinhentos e sete mil era o valor previsto, liquidados dois milhões, oitocentos e sessenta e oito mil e pago também o mesmo valor; Outras Despesas Correntes, duzentos e quinze milhões, oitocentos e setenta e oito mil eram os valores previstos; liquidados cento e trinta e oito milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil e pagos cento e vinte e cinco milhões, setecentos e quarenta e um mil; Despesas Intra Orçamentárias, dezoito milhões, trezentos e treze mil eram os valores previstos; liquidados três milhões, trezentos e sessenta e nove mil e pagos também três milhões trezentos e sessenta e nove mil; Despesas de Capital, Previsto, trinta milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil; liquidados doze milhões e trinta e nove mil, pagos dez milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil; Reserva de Contingenciamento, quarenta e sete milhões, setenta e dois mil, era o valor previsto e não foi liquidado nem pago nada; o valor previsto total, quatrocentos e setenta e nove milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, de despesas, duzentos e cinquenta e dois milhões, duzentos e trinta eram os valores liquidados e pagos duzentos e trinta e seis milhões, cento e quarenta e dois mil; o valor

 4 



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

consolidado fechou com sete vírgula oitenta e oito por cento de superávit e ela falou que estava com a planilha dos valores da Prefeitura que, mensalmente, estava fechando o exercício de dois mil e vinte com superávit, especial no mês de agosto que o superávit tinha sido três vírgula vinte e dois por cento, totalizando oito milhões duzentos e quarenta e nove mil; disse que lá tinha um gráfico em forma de pizza demonstrando qual era a maior despesa, que eram as Despesas Correntes, seguida de Pessoal e Encargos, e ela tinha também o saldo de restos a Pagar de dois mil e doze a dois mil e dezessete, totalizando dois milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, em forma de gráfico; a Dívida Consolidada no primeiro quadrimestre, tinha vinte e sete milhões, duzentos e dezesseis mil, segundo quadrimestre tinha trinta e um milhões, novecentos e vinte e cinco mil, e que estavam lançando a parte suspensa da JaguarPrev que era a parte patronal como dívida; lá ia demonstrando detalhadamente a dívida da JaguarPrev, tinha ainda um acordo que era de dois mil e dezesseis, um milhão e um mil ainda devendo, foram pagos nove milhões daquela dívida da JaguarPrev, naquela administração de dois mil e dezessete a dois mil e vinte, e da JaguarPrev devendo que era referente a suspensão da parte patronal, quatro milhões e trinta e seis mil, o "Desenvolve SP" que era o financiamento que fizeram de nove milhões, duzentos e setenta e oito; de PASEP dezessete mil, quinhentos e noventa e cinco; de INSS quinhentos e quarenta e três mil; fornecedores, dez milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil; Precatórios, seis milhões quatrocentos e setenta e um que era o valor que tiveram no ano corrente e do FINISA cento e vinte e três mil, totalizando trinta e um milhões novecentos e vinte e cinco mil; disse que no período de doze meses tiveram uma Receita Corrente de quatrocentos e trinta e sete milhões, setecentos e quarenta e oito mil; Plano Previdenciário, nove milhões trezentos e setenta e cinco mil, menos o FUNDEB, cinquenta milhões quinhentos e trinta e oito mil, totalizando uma Receita Corrente Líquida no total de trezentos e setenta e sete milhões, oitocentos e trinta e quatro mil; na Despesa de Pessoal tiveram cento e cinquenta e um milhões e duzentos e sete mil, totalizando quarenta vírgula vinte e dois por cento; naquele momento, a Presidente da Comissão pediu um minuto só para pedir silêncio porque senão iria atrapalhar a transmissão; voltando a fala à Secretária, ela disse que o percentual era referente a Receita Corrente Líquida de Despesa de Pessoal, era de quarenta vírgula vinte e dois por cento; tinha Receita de Impostos e Transferências que era utilizado para fazer o cálculo da aplicação na Educação e na Saúde; então, tinha Impostos Municipais, quarenta e um milhões e novecentos mil; Transferência da União, vinte milhões, novecentos e setenta e nove mil; Transferência do Estado, cento e quarenta e três milhões e quatrocentos e um mil, totalizando duzentos e seis milhões, duzentos e oitenta e um mil; Aplicação na Saúde, os mesmos duzentos e seis milhões, duzentos e oitenta e um mil que eram utilizados; tinham de Empenhos Liquidados, vinte e nove milhões, trezentos e trinta e nove mil, mais cinquenta milhões e cento e sete mil que eram os empenhos liquidados da ASAMAS, que eram do Hospital; receberam de

[Handwritten signature]



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Auxílios e Transferências, treze milhões, oitocentos e vinte e sete mil, o total aplicado foi de, sessenta e cinco milhões, seiscentos e dezenove mil; trinta e um vírgula oitenta e um por cento; o Mínimo Constitucional de aplicação era de, trinta milhões setecentos e quarenta e cinco mil e foi aplicado, a maior, trinta e quatro milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, ou seja, foi aplicado mais que o dobro do percentual obrigatório; Aplicação na Educação tinha os mesmos duzentos e seis milhões, duzentos e oitenta e um mil; Total Liquidados de Empenho, vinte e sete milhões, novecentos e noventa e seis mil; valor retido do FUNDEB era de, trinta e dois milhões, quinhentos e onze mil; Total Aplicado, sessenta milhões e quinhentos e oito mil, vinte e nove vírgula trinta e três por cento; o Mínimo Constitucional era de, cinquenta e um milhões, quinhentos e setenta e foi aplicado a mais, oito milhões novecentos e trinta e sete mil; no próximo quadro era a Arrecadação do FUNDEB que foi demonstrado mensalmente, então, até agosto receberam vinte e seis milhões, quinhentos e onze mil e, que ela também fez um comparativo com dois mil e dezenove e, no mesmo período de dois mil e dezenove, receberam vinte e sete milhões, duzentos e dezesseis mil, setecentos e cinco mil a mais, só que deram o reajuste de Pessoal, de quatro e meio por cento e que o recurso do FUNDEB não dava para pagar nem o pessoal do Magistério que eram os professores; então, naquele mesmo período de janeiro a agosto, o total de Despesas do FUNDEB chegou a trinta e cinco milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil; então, tiveram uma arrecadação de vinte e seis milhões, quinhentos e onze mil, então nove milhões, cento e quarenta e oito mil que foi colocado como da arrecadação própria, então, ele entrava na Despesa do Tesouro, ele entrou na Aplicação do Mínimo Constitucional do ensino; no próximo quadro estava mostrando o que realmente utilizava, o Recurso do FUNDEB, era somente para o sessenta por cento do pessoal do Magistério e podia ver que não tinha, no valor dos quarenta por cento e o valor empenhado, estava zerado, porque realmente, eles utilizavam somente com Despesas do Magistério; no próximo quadro tinha a parte dos Créditos, em Dívida Ativa, em trinta do quatro, tinha oitenta e nove milhões, duzentos e vinte e oito mil, tiveram em recebimento e cancelamento, um milhão seiscentos e oitenta e nove mil mais as alterações positivas onde tiveram as partes de juros, correção monetária, mais a inscrição no período, de treze milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, lembrando que o IGPM foi bem alto, então, a parte da utilização, da dívida naquele período tinha ficado bem alta; então, no hoje, tinham em estoque, cento e dois milhões, oitocentos e setenta e sete mil de Dívida Ativa, de Bens Móveis, tinha trinta e dois milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil e foi adquirido mais seiscentos e sessenta e quatro mil e quinhentos e doze, disse que valia destacar alguns veículos da Saúde e mais um ônibus da Assistência Social e que, em trinta e um do oito, somava, trinta e três milhões e cento e nove mil; Bens Imóveis trinta e seis milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, em trinta do quatro, mais oitocentos e cinquenta e nove mil e novecentos e oitenta e sete reais, somando trinta e sete milhões quinhentos e vinte e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

sete mil; a Secretária disse que lá tinha um quadro que eles não colocavam na apresentação mas que foi bem lembrado pelo Vereador, que mandou um requerimento, e ela disse que nunca foi colocado na Audiência Pública apesar de já constar na LDO que era a movimentação da parte de suplementação, as alterações realizadas no Orçamento, e então, tinha os valores por Secretaria: Secretaria de Gabinete, cento e dois mil e novecentos; Secretaria de Governo, cem mil; Secretaria de Administração, quatro milhões seiscentos e quarenta e quatro mil negativos; Secretaria de Negócios Jurídicos, quarenta e nove mil; Secretaria de Assistência Social, trezentos e noventa e oito mil; Desenvolvimento Econômico, oitenta e três mil e cem; Secretaria de Educação, três milhões seiscentos e um mil; Secretaria de Esportes, trinta e dois mil cento e setenta; Secretaria de Meio Ambiente, seis milhões, setecentos e trinta e oito mil; daí ela lembrou lá que constava no Orçamento a criação da autarquia e foi encaminhado uma lei para a Câmara, daí acabou voltando a lei e não foram criados os cargos, então, não aconteceu a autarquia naquele ano por isso o valor alto da parte de suplementação porque acabaram todas as Despesas que estavam sendo realizadas dentro da Secretaria de Meio Ambiente, no que se tratava de Água e Esgoto; Secretaria de Obras, um milhão e sessenta e cinco mil; Secretaria de Planejamento Urbano, treze mil e oitocentos; Secretaria de Saúde, sete milhões cento e oitenta e cinco mil, ali tinha a questão da pandemia e muita coisa tinha mudado na execução orçamentária por conta da pandemia, dos aditamentos que foram realizados com o Hospital por conta da COVID; Secretaria de Turismo e Cultura era de mil reais só, mil duzentos e oitenta e nove e oitenta e seis; Secretaria de Segurança Pública, setenta e quatro mil e cinquenta e quatro; Secretaria de Mobilidade Urbana, setecentos e oitenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais; e em resumo no quadrimestre foi de cinco vírgula três por cento, e que tinha o percentual de vinte por cento e no percentual acumulado estava dez por cento até o momento; naquele momento a Sra. Elisanita Aparecida de Moraes disse que era o que tinha para apresentar e que estava aberta aos questionamentos; com a palavra a Sra. Presidente da Comissão, Vereadora Cássia Murer Montagner, que explicou como seria a dinâmica dizendo que os Vereadores teriam cinco minutos para fazer a pergunta de maneira remota e que tinha só aquele microfone funcionando, daí ela perguntou se o Vereador Fred e o Vereador Romilson que estavam presentes lá, se eles gostariam de fazer a pergunta naquele microfone; os mesmos não quiseram fazer uso da palavra; remotamente, estava o Vereador Neguita, o Vereador David e se alguém quisesse fazer alguma pergunta teria cinco minutos para fazer de forma remota e que o Vereador Bozó já iria fazer a pergunta; a Sra. Cássia disse a Secretária Elisanita para que ela já ficasse lá e continuasse respondendo para os que estavam em casa, e perguntou se estava bom para a Secretária; O Sr. Luiz Carlos de Campos pediu a palavra, cumprimentou a todos, e disse que a sua pergunta estava parcialmente respondida, porque ele tinha acompanhado o balancete e era em relação ao JaguarPrev, e ia até mencionar as leis: com base na Lei

607 m



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Municipal 2.693/2020, e na Lei Complementar Federal 173/2020, em consequência da pandemia do vírus COVID 19, ficaram suspensos os recolhimentos das contribuições patrimoniais da Prefeitura Municipal, JaguarPrev, com vencimento no período de primeiro de março a trinta e um de dezembro, então, a sua pergunta era em relação aquilo, ele tinha visto que tinha um quadro ali, com o valor de quatro milhões e alguma coisa, que seria até agosto e que gostaria que se a senhora Secretária pudesse falar em relação à estimativa de quanto ia ficar aquela despesa da Prefeitura, do município com a JaguarPrev, ia começar a pagar em dois mil em vinte e um, porque ficava suspenso naquele período de primeiro de março a trinta e um de dezembro, então, sabia que o valor demonstrado era até agosto, e sabia também que ia ser demonstrado na Audiência Pública do Terceiro Quadrimestre, que seria em janeiro do ano que viria, e então se ela pudesse, se tivesse uma estimativa daquele valor, e que sabia que aquele ali era até agosto, quatro milhões e pouco, a pergunta dele era aquela ali, e que no decorrer da Audiência Pública tivesse outro questionamento ele voltava ali para fazer para ela e agradeceu. A Senhora Elisanita Moraes disse que, respondendo a pergunta do senhor Vereador, a estimativa era de oito milhões até dezembro, lembrando que de parcelamento da JaguarPrev já iam pagar até o final do ano, nove milhões e quinhentos mil, só naquele mandato; disse que ela estava sendo lançada na dívida fundada, aqueles quatro milhões, que ela apresentou, referente a mas, que tinham autorização na Lei; o Senhor Bozó respondeu que sim, que tinha até citado a lei; a senhora Elisanita Moraes continuou dizendo que chegariam a oito milhões até o final do exercício, e perguntou se era aquilo ao vereador. A seguir, a senhora Cássia disse a senhora Elisanita que perguntasse ao Vladimir se tinha alguma pergunta; A senhora Elisanita perguntou ao Sr. Vladimir, Assessor de Imprensa, se tinha alguma pergunta; o senhor Vladimir Catarino, Assessor de Imprensa da Câmara Municipal de Jaguariúna, respondeu que tinham na verdade duas perguntas e se podia fazer; a senhora Elisanita respondeu que podia fazer. O Senhor Vladimir Catarino cumprimentou a todos e que faria uma por vez, e uma das perguntas era do Senhor João Carlos de Sousa, morador do bairro Nova Jaguariúna, e perguntava se existia previsão para realização de novos concurso públicos; a Sra. Elisanita respondeu que concurso público só no início de dois mil e vinte e um, mas que havia previsão sim, e que só podiam fazer o concurso porque justamente o município não decretou Estado de Calamidade Pública, somente situação de emergência, então, podiam realizar concurso público para todos os cargos; o Sr. Vladimir disse que havia outra pergunta ali, que Marcelo Vantuchi, não dizia o bairro e somente dizia que morava na cidade de Jaguariúna, e que perguntava se existia previsão de aumento de IPTU para dois mil e vinte e um; a Sra. Elisanita Moraes respondeu que, na realidade, somente a correção da inflação mas, estavam estudando a possibilidade de dar um desconto maior, de beneficiar, realmente, os bons pagadores; a seguir, o Senhor Vladimir Catarino disse que se alguém quisesse continuar mandando o e-mail era



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

imprensa@camarajaguairuna.sp.gov.br e mesmo após a Audiência, se não desse tempo da Secretária responder, as perguntas que viessem, seriam encaminhadas a posteriori; a Sra. Presidente da Comissão de Orçamento, Cássia Murer Montagner disse à Secretária para perguntar se os Vereadores tinham mais alguma pergunta, senão iam encerrar; a Sra. Elisanita perguntou se tinha algum Vereador que estava online e se queria fazer uma pergunta e avisou que o Neguita ia fazer; fez uso da palavra o Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita que, cumprimentou a todos, e disse que viu, bem no comecinho, que a senhora Secretária Elisanita falou sobre os seis milhões de precatórios e perguntou quais seriam; a Sra. Elisanita respondeu que aqueles precatórios seriam os que eles teriam que pagar até trinta e um de dezembro, então, ele era registrado na Dívida Consolidada, registrado no exercício de dois mil e dezenove e tinham que liquidá-los até trinta e um de dezembro, daquele ano, eram precatórios das administrações anteriores, mas que quando eles chegavam, por exemplo, no ano passado, eles chegaram até trinta e um de julho de dois mil e dezenove, eles eram obrigados a serem colocados no orçamento do exercício seguinte e que, naquele ano, o que eles receberam até trinta e um de julho, eles teriam que colocar no orçamento para pagá-los em dois mil e vinte e um mas, eram precatórios trabalhistas e precatórios civis, a maior parte era trabalhista do exercício de dois mil e vinte; e disse ao Vereador que era um valor alto; o Sr. Ângelo Roberto Torres agradeceu e disse que estavam ali se aperfeiçoando. A seguir, a Sra. Elisanita disse que era diferente para todos eles e perguntou se havia mais alguma pergunta do pessoal que estava online; confirmou com o Sr. Vladimir que não tinham mais perguntas, e que a Presidente da Comissão, a Vereadora Cássia pediu que ela falasse suas palavras finais, para encerrarem; a Sra. Secretária de Administração e Finanças quis agradecer mais uma vez, a acolhida naquela Câmara, aos Vereadores, disse que estavam em tempo de pandemia, ela estava vendo que ali estavam todos bem longe um do outro, todo mundo em segurança, seguindo os protocolos de vigilância e se colocava à disposição, mais uma vez, lembrando que o Município estava totalmente equilibrado, tinham, realmente, uma gestão financeira bem árdua, bem firme como dizia a Vice Prefeita Rita Bergamasco, e disse que o Prefeito era um ótimo gestor e que estavam com o Município equilibrado, em meio à pandemia e aquilo significava muito, os que conheciam muitos municípios, viam todos os dias falando da situação financeira dos demais municípios; naquela semana tiveram o primeiro lugar no IDEB, a educação deles, a saúde deles, a aplicação em saúde, eles aplicavam mais que o dobro do mínimo constitucional, da região o único município que recebeu a nota A, estavam com todos os fornecedores em dia, aquilo, na realidade, devia ser regra, e de todos os municípios mas, sabiam que a maioria não estava assim, mas tinham que seguir o deles, então, o deles estava totalmente equilibrado; em meio à pandemia também, tinham acabado de dar um reajuste para o funcionalismo, eles permaneceram pagando os salários e os fornecedores todos em dia, realmente, era uma

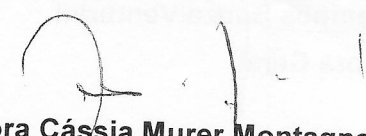
69 m.
9



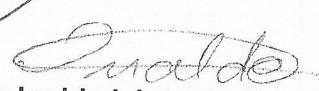
Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo


luta diária; tinham uma equipe muito boa, na Prefeitura, tanto do financeiro quanto das demais secretarias, que entenderam o momento e deixaram alguns projetos de lado, mas somente agradecer a acolhida da Câmara, mais uma vez, e no mês que viria, estariam ali de novo, fazendo mais uma audiência, do Orçamento, e encerrou dizendo boa noite a todos e até mais. A Sra. Cássia Murer Montagner, Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade agradeceu à Secretária e disse que, realmente, a pandemia estava lhes causando aquelas mudanças de comportamento e estavam se adaptando, e disse à Secretária, Vereadores, que deixava livre a palavra para os Vereadores que estavam em casa, e perguntou se tinha alguém que gostaria de fazer uso da palavra, e não havendo, deu por encerrada aquela Audiência Pública de Metas Fiscais, naquele dia vinte e um de setembro de dois mil e vinte. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.



Vereadora Cássia Murer Montagner
Presidente



Vereadora Inalda Lúcio de Barros Santana
Vice-Presidente



Vereador Luiz Carlos de Campos
Secretário